



O DÍZIMO NO PERÍODO ANTENICENO (100-325 d.C.) (Tithing in the Ante-Nicene period [100-325 A.D.]

Isaac Malheiros

Mestre em Teologia pela Escola Superior de Teologia - São Leopoldo/RS

Doutorando em Teologia pela Escola Superior de Teologia - São Leopoldo/RS

E-mail: pr_isaac@yahoo.com

RESUMO

Este artigo fará uma reflexão sobre a prática do dízimo na igreja cristã durante o período pós-apostólico (100 d.C.) até o Concílio de Niceia (325 d.C.). Através de pesquisa bibliográfica e da análise de fontes primárias, este artigo analisará: 1) se a suposta ausência da prática do dízimo na igreja antenicensa se confirma historicamente, e 2) as possíveis justificativas e significados da atitude da igreja primitiva com respeito ao dízimo. Com base nesta pesquisa, é possível concluir que não existem fortes evidências de que a igreja pós-apostólica e antenicensa tenha ensinado e praticado regularmente o dízimo. Este artigo sugere cinco fatores explicativos que indicam que tal comportamento se deu mais por razões circunstanciais que teológicas.

Palavras-chave: Dízimo; Patrística; História do Cristianismo.

ABSTRACT

This article will reflect on the practice of tithing in the Christian church during the post-apostolic period (100 A.D.) to the Council of Nicaea (325 A.D.). Through literature search and analysis of primary sources, this article will consider: 1) whether the alleged absence of tithing practice in ante-Nicene church is confirmed historically, and 2) the possible explanations and meanings of the early church's views on tithing. Based on this research, it can be concluded that there aren't strong evidences that the post-apostolic and ante-Nicene church had taught and practiced regularly tithe. This article suggests five explanatory factors indicating that such behavior occurred for circumstantial reasons, not theological.

Keywords: Tithing; Patristics; History of Christianity.

INTRODUÇÃO

É comum encontrar no debate a respeito do dízimo, entre os que defendem a ideia de que o dízimo não deve ser considerado um dever cristão, o argumento de que a igreja apostólica e antenicensa¹ não praticavam e nem ensinavam o dízimo por entenderem que o dízimo fazia parte do sistema cerimonial tornado obsoleto na Nova Aliança de Cristo. Esse argumento se baseia no suposto silêncio do Novo Testamento a respeito da prática do dízimo na igreja apostólica e da escassa evidência da prática do dízimo na igreja primitiva nos escritos dos Pais

¹ A expressão “igreja antenicensa” neste artigo designará a igreja cristã do período pós-apostólico (100 d.C.) até o Concílio de Niceia (325 d.C.). O cristianismo que antecedeu esse período será chamado de “igreja apostólica”. Os dois períodos juntos formam o que é conhecido como período da “igreja primitiva”.



Antenicenos² e nos documentos eclesiásticos que antecederam a institucionalização do cristianismo no império romano no século IV.³

Através da revisão bibliográfica e da análise de fontes primárias, este artigo analisará: 1) se a suposta ausência da prática do dízimo na igreja antenicena se confirma historicamente, e 2) as possíveis justificativas e significados da atitude da igreja primitiva com respeito ao dízimo.

Existem fontes judaicas (como a *Mishná*, Tobias e Josefo) que revelam que os judeus em geral (e os fariseus em particular) praticavam diversos tipos de dízimos e que apenas itens da atividade agrícola e pecuária estavam sujeitos ao dízimo. Baseados nessas informações, alguns autores sugerem que muito provavelmente nem Jesus (carpinteiro) nem Paulo (fabricante de tendas) foram dizimistas, ou pelo menos não tinham o dever de dizimar.⁴ Alguns autores creem que a igreja antenicena apenas continuou praticando o que Jesus e os apóstolos praticaram e ensinaram: as ofertas voluntárias e sistemáticas, não o dízimo.

Por outro lado, há autores que interpretam o silêncio neotestamentário como uma evidência de que o dízimo continuou sendo praticado sem questionamentos, era ponto pacífico.⁵ Dessa forma, a igreja antenicena apenas teria continuado a fazer o que a igreja apostólica fazia: praticar o dízimo sem discutir o assunto. Há autores, porém, que discordam.⁶

No entanto, há evidência de que a igreja que viveu depois dos apóstolos e antes do Concílio de Niceia (325 d.C.) não ensinava e nem praticava o dízimo? Evidências de líderes da igreja sendo pagos pela própria igreja existem até mesmo no Novo Testamento (1Co 9:3-12; 1Tm 5:17-18). E referências a clérigos assalariados aparecem em dois fragmentos citados por Eusébio de Cesareia.⁷ Alguns autores sugerem que há referências positivas ao dízimo já no século II, no capítulo 13 do *Didaquê*.⁸ No entanto, o texto é uma referência às primícias, em vez de dízimos. E não há fortes evidências de que *primícias* nos documentos patrísticos sejam sinônimo da prática de dizimar.⁹ O *Tosefta Hullin*, documento judaico do período tanaítico

² Os Pais Antenicenos foram os líderes de igrejas de vários lugares que viveram no segundo e terceiro séculos, antes do Concílio de Niceia (325 d.C.), e que deixaram um registro escrito de sua fé e orientações para as igrejas.

³ A institucionalização do cristianismo a partir de Constantino justificaria o *surgimento* do dízimo cristão.

⁴ CROTEAU, David A. (ed.). *Perspectives on Tithing: Four Views*. Nashville: B&H Publishing Group, 2011. p. 47.

⁵ SILVA, Demóstenes Neves da. *Dízimos e ofertas: uma abordagem bíblica e nos livros de Ellen White*, volume 1. Guarulhos, SP: Parma, 2008. p. 33: “Pode-se concluir, então, que o NT está lidando com um ‘ponto pacífico’ já estabelecido no AT, aceito por todos [...]”. Por outro lado, há autores que discordam, como NARRAMORE, Matthew E. *Tithing: Low-Realm, Obsolete & Defunct*. Graham: Tekoa Publishing, 2004. p. 32: “Alguns acreditam que a ausência de ensino sobre o dízimo no livro de Atos e nas epístolas mostra que ele era tão universalmente aceito que não precisava ser mencionado. Esta conclusão foge do cerne da questão. A Nova Aliança é uma mudança total no modo como o homem se relaciona com Deus. A mudança na relação é a razão pela qual o dízimo não é mencionado. Ele não precisa ser mencionado. É fato. Isso é irrelevante. A igreja tem perdido grande parte do significado da Nova Aliança.”

⁶ MURRAY, Stuart. *Beyond Tithing*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2012. p. 93.

⁷ CESAREIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 2002. p. 115, 121. Eusébio cita como assalariados os ministros montanistas (5.18.2) e Natálio, bispo do partido antitrinitariano de Artemon e primeiro bispo contrário à igreja de Roma (5.28.7-12).

⁸ MULLIN, Redmond. *The Wealth of Christians*. Exeter: Paternoster Press, 1983. p. 62.

⁹ Ver MURRAY, 2012, p. 103, nota 20. Além disso, os capítulos 11 e 12 do *Didaquê* desfazem a ideia de que havia ministros que recebiam regularmente um salário fixo a partir do dízimo, mas deixa claro que as ofertas



(30-200 d.C.), apresenta uma lista de regulamentos que refletem o desejo dos judeus de se afastarem da comunidade judaico-cristã primitiva. O texto acusa os cristãos de não darem o dízimo de seus frutos.¹⁰

Assim, não fica claro se tais textos fazem referência à prática do dízimo, e nem indicam que o dízimo era prática e ensino corrente na igreja antenicensa. As principais evidências históricas desse período são as obras dos Pais Antenicensos, documentos que serão avaliados a seguir.¹¹

1. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS ANTENICENOS

Irineu (cerca de 130 a 202 d.C.),¹² bispo de Lyon, ensinou que a liberalidade da doação cristã deveria exceder o dízimo, abranger todas as posses, e visar ao benefício dos pobres: “[...] E, em vez da lei que ordena a entrega dos dízimos, [Ele nos disse] para compartilhar todos os nossos bens com os pobres” (*Contra Heresias* IV.13.3). Claramente, Irineu não apenas compara (no sentido de igualar), mas contrasta o dever legal dos judeus com a liberdade cristã:

E por isso eles (os judeus) tinham de fato os dízimos de seus bens consagrados a Ele, mas aqueles que receberam a liberdade puseram de lado todas as suas posses para os propósitos do Senhor, dando alegremente e livremente não as porções menos valiosas de sua propriedade, uma vez que eles têm a esperança de coisas melhores [futuramente]; como aquela pobre viúva que depositou todo o seu sustento para o tesouro de Deus (*Contra Heresias* IV.18.2).

A sua principal obra, *Contra Heresias* (*Adversus Haereses*), foi escrita por volta de 180 d.C.¹³ As duas citações são do livro IV, que apresenta os vínculos do Antigo Testamento com o Novo Testamento à luz de Cristo, e o conceito de revelação progressiva de Deus ao homem por meio do Espírito Santo. Irineu vê o Antigo Testamento como um processo de amadurecimento que culmina na igreja cristã. Portanto, os dízimos foram necessários para tal período de amadurecimento, mas são superados pela plenitude cristã.

Apesar de reconhecer e defender a hierarquia dos bispos e presbíteros como continuadores

eram voluntárias. Por exemplo, 13.7 diz: “Tome uma parte de seu dinheiro, da sua roupa e de todas as suas posses, conforme lhe parecer oportuno, e os dê de acordo com o preceito” (grifo acrescentado). Ver também 1:5-6; 4:5-8; 5:2 e 15:4.

¹⁰ *Tosefta Hullin* 2:20-21: “seus frutos são não-dizimados”; como é citado em ALEXANDER, Philip S. ‘The Parting of the Ways’ from the Perspective of Rabbinic Judaism. In: DUNN, James D. G. (ed.) *Jews and Christians: The Parting of the Ways, A.D. 70 to 135*. Grand Rapids: Eerdmans, 1999. p. 15. No entanto, o texto também pode ser traduzido como “seus frutos são tratados como não-dizimados”; como é citado em KATZ, Steven T. The rabbinic response to Christianity. In: KATZ, Steven T. (ed.) *The Cambridge History of Judaism: Volume 4, The Late Roman-Rabbinic Period*. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 275

¹¹ Salvo em indicação contrária, na análise dos textos antenicensos, esta pesquisa utilizará como base a versão editada por ROBERTS, Alexander; DONALDSON, James; COXE, A. Cleveland. (eds.). *The Ante-Nicene Fathers: translations of the writings of the Fathers down to A.D. 325*. 8 vols. Oak Harbor: Logos Research Systems, 1997.

¹² TREVIJANO, Ramón. *Patrologia*. Madrid: BAC, 1994. p. 16, 78.

¹³ DROBNER, Hubertus R. *Manual de Patrologia*. Barcelona: Herder, 1999. p. 136-140.



dos apóstolos (*Contra Heresias* III.4.2), ele praticamente se cala a respeito do dízimo e incentiva o compartilhamento de todas as posses com o pobre. Assim, ao contrário do que comumente se afirma, Irineu não foi da opinião de que os cristãos devem pagar o dízimo como os judeus para não ficarem para trás na liberalidade e piedade. Ao contrário, ele apresentou o dízimo como uma prática imatura, superada pela madura liberalidade cristã.

Justino Mártir (c. 100 a 165 d.C.)¹⁴ menciona os dízimos apenas de passagem, ao citar a repreensão feita por Cristo à hipocrisia dos escribas e fariseus: “Pagam o dízimo da hortelã, da arruda, mas não observam o amor de Deus e a justiça. Sepulcros caiados!” (*Diálogo de Justino com Trifo* 17). Não há aí nenhuma afirmação a favor do dízimo como prática cristã.

Falando sobre o caráter passageiro da circuncisão, Justino menciona o “incircunciso” Melquisedeque, a quem Abraão, “o primeiro que recebeu a circuncisão segundo a carne, deu o dízimo, e abençoou-o: depois de cuja ordem Deus declarou, pela boca de David, que iria estabelecer o sacerdote eterno” (*Diálogo de Justino com Trifo* 19).¹⁵ Percebe-se nitidamente que o objetivo de Justino é argumentar contra a circuncisão, e não a favor do dízimo.

Clemente de Alexandria (c. 150-215 d.C.)¹⁶ menciona “dízimo” duas vezes na sua obra *Stromata*. A primeira citação é: “Portanto, os dízimos, tanto da efa e dos sacrifícios foram apresentados a Deus; e a festa pascal começou com o décimo dia [...]” (*Stromata* 2.11). Aí ele apenas menciona e comenta sobre o impacto espiritual e moral do ato de dizimar no Antigo Testamento, mas não aponta que o dízimo estava sendo praticado na igreja, e nem argumenta acerca da validade do dízimo para o cristão:

No entanto, Clemente reconhece os benefícios da prática do dízimo em uma citação positiva:

Além disso, os dízimos dos frutos e dos rebanhos ensinavam a piedade para com a Divindade, e não agarrar tudo com cobiça, mas comunicar dons da bondade para com os vizinhos. Pois foi por meio destes [os dízimos], eu acho, e das primícias que os sacerdotes foram mantidos. E nós agora, portanto, compreendemos que somos instruídos pela lei em piedade, e em liberalidade, e em justiça, e em humanidade (*Stromata* 2.18).

Apesar de ser aparentemente uma defesa do dízimo, essa citação não pode ser lida assim, pois no mesmo contexto Clemente também cita positivamente o ano sabático e o ano jubileu. Dessa forma, se a sua visão positiva do dízimo deve ser entendida como uma defesa, o ano sabático e o jubileu também deveriam ser considerados um dever cristão. Muito provavelmente, não era essa a intenção de Clemente.

Clemente, bem como Irineu, incentiva os cristãos a ultrapassar o dízimo do Antigo Testamento, pois Cristo os libertara da Lei. Ele também adotou um ascetismo baseado na frugalidade.¹⁷

Clemente foi um prolífico escritor. No entanto, em suas centenas de páginas reunidas em *The*

¹⁴ OSBORN, Eric F. *Justin Martyr*. Tübingen: BHT Gerhard Ebeling, 1973. p. 6; BUENO, Daniel Ruiz (ed.). *Actas de los Martires*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003. p. 316.

¹⁵ A mesma argumentação aparece no capítulo 33.

¹⁶ HÄGG, Henny Fiska. *Clement of Alexandria and the Beginnings of Christian Apophaticism*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 52.

¹⁷ FINN, Richard. *Asceticism in the Graeco-Roman World*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 95.



Ante-Nicene Fathers, há apenas essas citações rápidas sobre o dízimo. Como instrutor dos cristãos de Alexandria, uma das maiores igrejas do império, ele deveria ter abordado o tema com mais assertividade e profundidade se tivesse a intenção de ensinar o ato de dizimar como um dever cristão.

Tertuliano (c. 150-220 d.C.) também não ensinou o dízimo. Ele menciona “dízimo” ao citar a repreensão de Cristo aos escribas e fariseus, mas destaca apenas a advertência de Jesus à hipocrisia dos fariseus e não o ato de dizimar: “Da mesma forma, Ele os repreendeu por darem o dízimo de ervas insignificantes, mas ao mesmo tempo ‘passar por alto a hospitalidade e o amor de Deus’” (*Contra Marcião* 4.27). Ele também cita Hebreus para falar de Melquisedeque, que recebeu dízimos de Abraão, mas não desenvolve nenhuma argumentação específica sobre o dízimo (*Contra Marcião* 5.9).

Escrevendo sobre as peculiaridades da comunidade cristã, Tertuliano informa que havia o costume de se fazer uma doação mensal:

Embora tenhamos nosso cofre, este não é constituído de dinheiro de compra [para comprar a salvação], como no caso de uma religião que tem seu preço. No dia mensal, se desejar, cada um coloca uma pequena doação; mas só se for do seu agrado, e somente se puder, porque não há compulsão; tudo é voluntário. Estes presentes são, por assim dizer, o fundo de depósito de piedade (*Apologia* 39).

E ele deixa claro qual era a finalidade desses recursos: não era para sustentar os ministros, mas para apoiar os pobres, os órfãos, os velhos e os que estavam sofrendo por causa de sua fé (*Apologia* 39). Assim, Tertuliano também não ensinou a prática do dízimo. Já ao final de sua vida tornou-se montanista, de vida ascética, na qual a pobreza extrema era considerada uma virtude.

O *Testamento dos Doze Patriarcas* é uma coletânea judaico-cristã de “testamentos” geralmente datada na primeira metade do séc. II. No *Testamento de Levi* 9:4, o autor diz que, em Betel, o seu pai Jacó teve uma visão a respeito dele, “levantou cedo de manhã, e pagou dízimos de tudo para o Senhor, através de mim”.¹⁸ É apenas um relato, sem comentários adicionais a respeito do dízimo como um dever cristão.

O *Didascalia apostolorum*, documento eclesiástico de c. 225-235 d.C., apresenta uma argumentação inicial aparentemente favorável ao dízimo: “Tragam ofertas alçadas e dízimos e primícias para o Cristo, o verdadeiro sumo sacerdote, tragam também aos seus servos os dízimos da salvação [...]”.¹⁹

Porém, a leitura de toda seção, especialmente dos textos posteriores a essa citação, revela que ali o dízimo também é utilizado como modelo a ser superado, não imitado pelos cristãos. O *Didascalia* inclui órfãos, viúvas e outros em necessidade como pessoas que também têm o direito de serem ajudadas com os dízimos.²⁰

¹⁸ CHARLESWORTH, James H. (ed.) *The Old Testament Pseudepigrapha*. Vol. 1, Garden City: Doubleday, 1983. p. 791.

¹⁹ CONNOLLY, R. Hugh (trad.). *Didascalia Apostolorum: The Syriac Version Translated and Accompanied by the Verona Latin Fragments*. Oxford: Clarendon Press, 1929. p. 86. Ver também p. 90, 96.

²⁰ *Ibidem*, p. 98-99.



Cipriano de Cartago (c. 200-258 d.C.) foi provavelmente o primeiro a sugerir que o dízimo poderia ser usado para o sustento de ministros em tempo integral (*Epístolas de Cipriano*, Carta 65.1). Por esse período, o bispo já era uma figura destacada, comparada ao sumo-sacerdote do Antigo Testamento, os presbíteros, por sua vez, eram comparados aos sacerdotes do Antigo Testamento, e os diáconos, aos levitas. Cipriano apenas levou o raciocínio à sua conclusão lógica: o dízimo deveria sustentar esse quadro sacerdotal. Aparentemente ele estava preocupado em demonstrar a importância de os membros apoiarem financeiramente aqueles que foram apontados como líderes da igreja para que eles não ficassem:

amarrados por ansiedades e questões mundanas; mas em honra dos irmãos que contribuem, recebendo como se fossem dízimos dos frutos, não tenham que se retirar dos altares e sacrifícios, mas possam servir dia e noite nas coisas celestiais e espirituais (*Epístolas de Cipriano*, Carta 65.1).

No entanto, a linguagem usada é indefinida, não há uma clara prescrição. Ele retrata os líderes cristãos como recebendo os dízimos dos “frutos que cresceram”, ou apenas os “frutos”, o que seria impraticável àquela época. Além disso, há a expressão “como se fossem dízimos”. Essas expressões vagas indicam que os paralelos entre a liderança cristã e o sacerdócio do Antigo Testamento não são tão estreitos, e que Cipriano está apenas fazendo referência aos princípios do Antigo Testamento e não a um plano que deva ser seguido à risca. A frase pode, ao contrário, indicar que naquela época ainda não havia um sistema de manutenção de clérigos com o dízimo em operação ali, e que Cipriano está tentando implementar uma novidade.²¹

Mesmo defendendo o sustento dos ministros que atuavam em tempo integral, Cipriano ainda é uma evidência insuficiente para se concluir que toda a igreja do período ensinava e praticava o dízimo. Cipriano ainda menciona o dízimo ao falar sobre a humildade na oração. Ele cita a oração do fariseu, que dava o dízimo de tudo (*Sobre a Oração do Senhor*).

Arquelau da Mesopotâmia, em *Atas do Debate com o Heresiarca Manes* (a datação de sua obra é incerta, c. 162 a 178 d.C.), usando a repreensão de Cristo à hipocrisia dos escribas e fariseus, cita os dízimos apenas de passagem. Não há uma defesa do dízimo e nem uma descrição do dízimo como uma prática dos cristãos.²²

Metódio, bispo de Olimpos, escreveu no fim do terceiro século duas vezes sobre o dízimo em *O Banquete das Dez Virgens* (5.1 e 5.8). Ele apenas menciona e comenta sobre o valor espiritual do dízimo na velha aliança, mas não faz nenhum paralelo com a adoração cristã. Metódio cita o dízimo apenas para comparar as ofertas do Antigo Testamento com a “maior e mais gloriosa oferta”, que, para ele, era uma vida de virgindade, representando uma entrega total a Deus (5.1).

Mencionando o dízimo, a obra *Constituições dos Santos Apóstolos* 2.4, provavelmente do terceiro século,²³ defende que o clero seja sustentado, mas apenas com o suficiente para

²¹ CLARKE, G. W. *The Letters of St Cyprian of Carthage Volume 1*. Ancient Christian Writers, 43. New York: Newman Press, 1984. p. 156.

²² A suposta Carta do Papa Antero também menciona o dízimo apenas de passagem, ao citar a mesma repreensão de Cristo; ver ROBERTS; DONALDSON; COXE, vol. 8, 1997, p. 626.

²³ A data de criação das *Constituições* é incerta. Pode ser do século III ou IV. Aqui, a fim de esgotar as possibilidades, será assumida a data que coloque a obra no período antenico.



satisfazer a “necessidade e a decência”. É a abordagem do período anteniceno mais claramente favorável ao dízimo:

Deixe-o [o bispo] usar esses dízimos e primeiros frutos, que são dados de acordo com a ordem de Deus, como um homem de Deus. [...]. Ouça atentamente agora o que foi dito anteriormente: oblações e dízimos pertencem a Cristo, nosso Sumo Sacerdote, e para aqueles que ministram a ele (*Constituições dos Santos Apóstolos* 2.4.25).

As *Constituições* comparam o bispo à figura do sumo sacerdote, o que justifica o uso dos dízimos para sustentá-lo:

Vocês devem, pois, irmãos, trazer seus sacrifícios e ofertas ao bispo, como seu sumo sacerdote, seja por si mesmos ou pelos diáconos; e não tragam só isso, mas também as suas primícias, e os seus dízimos e as suas ofertas voluntárias para ele (*Constituições dos Santos Apóstolos* 2.4.27).

O bispo também deveria ser amado como um pai, temido como um rei e homenageado como um senhor, recebendo “as suas primícias, e os seus dízimos e as suas oblações, e os seus dons [...]” (*Constituições dos Santos Apóstolos* 2.4.34).

Nas *Constituições*, os dízimos podem ser utilizados também para ajudar os pobres e necessitados:

Que todas as primícias sejam levadas ao bispo e aos presbíteros e aos diáconos, para a sua manutenção; mas deixem todos os dízimos para a manutenção do restante do clero e das virgens e das viúvas, e daqueles que estão sob a provação da pobreza (*Constituições dos Santos Apóstolos* 8.30).

O apócrifo *Atos de Pilatos*, anexado ao *Evangelho de Nicodemos* (séc. III ou IV), cita o dízimo ao descrever uma discussão dos chefes da sinagoga, sacerdotes e levitas a respeito de Jesus e sua família. Um dos mestres afirma que os pais de Jesus pais temiam a Deus, e davam os dízimos “três vezes por ano”. Tal citação não tem nenhuma relação com a prática do dízimo na igreja cristã antenicena.

Orígenes de Alexandria, em sua *Homilia sobre Números*, na primeira metade do terceiro século, aparentemente defende a validade do dízimo com as seguintes palavras:

Como, então, a nossa justiça é mais abundante do que a dos escribas e fariseus se eles não se atrevem a comer da colheita da sua terra antes de oferecer as primícias aos sacerdotes, e separar um décimo [dízimo] para os levitas, enquanto eu não faço nenhuma dessas coisas, mas uso a colheita da terra de tal forma que o sacerdote não saiba nada sobre isso, o levita não tenha conhecimento disso, e o altar divino nem os perceba?²⁴

No entanto, uma leitura mais atenta dessa citação revela que: 1) Orígenes não era um dizimista (“eu não faço nenhuma dessas coisas”), e 2) ele usa o dízimo apenas para ilustrar a piedade judaica, que deveria ser *excedida* pelos cristãos (“Como nossa justiça é mais abundante [...]?”). E isso é confirmado no Livro 1 do seu *Comentário do Evangelho de*

²⁴ SCHECK, Thomas P. (trad). *Origen: Homilies on Numbers* (Ancient Christian Texts). Downers Grove: InterVarsity Press, 2009. p. 53



João,²⁵ onde ele menciona o dízimo, faz uma aplicação contemporânea dos princípios subjacentes, mas não afirma claramente que os cristãos devem dizimar.²⁶

Em suma, não há nos documentos antenicanos evidência forte o suficiente para afirmar-se que a igreja antenicana ensinava e praticava o dízimo como um dever cristão (com exceção das declarações das *Constituições*, se a datação for, de fato, do século III). Sem forçar o sentido dos textos, pode-se concluir que, no máximo, alguns autores buscaram inspiração no modelo do dízimo judaico para recomendar a entrega de forma voluntária.

Quando Pais como Irineu, Justino Mártir e Tertuliano incentivam a natureza voluntária da doação cristã, eles estão propondo um princípio em contraste com a natureza obrigatória do dízimo. Ao citarem o dízimo, não se trata de um exemplo a ser seguido, mas de uma prática a ser excedida, ultrapassada pela generosidade cristã.²⁷

Então, qual o significado disso para os cristãos de hoje? Será que eles não deveriam praticar o dízimo, seguindo o exemplo da igreja do segundo e do terceiro séculos? Para ajudar a responder a essas questões, é necessário analisar alguns prováveis motivos para esse comportamento da igreja primitiva e antenicana.

Uma hipótese a ser levada em conta é a de que os primeiros cristãos tenham abandonado a prática do dízimo de forma consciente, como uma consequência teológica natural da Nova Aliança de Cristo. Essa possibilidade já tem sido bastante explorada por pesquisadores,²⁸ seus argumentos já são bem conhecidos e por isso não lhe dedicaremos tanto espaço aqui. Buscaremos levantar outras hipóteses que possam ser cotejadas e contrastadas com essa explicação mais conhecida.

2. A IGREJA PRIMITIVA TINHA PROBLEMAS

Primeiramente, é exagerada a ideia de que a igreja primitiva haja sido uma igreja sem problemas, com a administração e a postura sempre corretas. Nem mesmo a igreja apostólica foi imune aos problemas. O Novo Testamento relata os desafios enfrentados pela igreja apostólica: divisões (1Co 3:3), infiltrações de ensinamentos estranhos (Gl 1:6-9) e práticas pecaminosas (1Co 5:1-5).

É preciso desmistificar a ideia de que era uma igreja perfeita, que não apresentava problemas doutrinários e administrativos. Era uma igreja em formação, em processo de amadurecimento. Até mesmo suas noções soteriológicas (as implicações da morte e ressurreição de Cristo) e eclesiológicas precisaram ser buriladas com o tempo.

O Novo Testamento registra os sucessos e também os equívocos da igreja apostólica. Ali a igreja não é idealizada, mas lida com problemas tais como a negligência no cuidado das viúvas helenistas (At 6:1), o preconceito com os gentios (At 10:1-11:18), o desentendimento

²⁵ HEINE, Ronald E. (trad.). *The Fathers of the Church*. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1989. p. 33

²⁶ MURRAY, 2012, p. 96-97.

²⁷ CROTEAU, 2011, p. 108-109.

²⁸ Por exemplo, CROTEAU, 2011; MURRAY, 2012; NARRAMORE, 2004.



entre Paulo e Barnabé (At 15:36-40) e a prática da lei cerimonial (21:17-26). Portanto, deve-se considerar a possibilidade da omissão da prática do dízimo ter sido um desses *problemas*.

É preciso reconhecer que há conteúdo *prescritivo* e conteúdo meramente *descritivo* no Novo Testamento. O ministério itinerante, sem família e de sustento próprio de Paulo (At 18:1-4; 20:34; 1Co 4:12; 7:7-9; 1Ts 2:9), por exemplo, dificilmente seria considerado um padrão estrito para o ministério pastoral da maioria das igrejas contemporâneas. A mesma coisa se dá com a igreja antenicensa: aparentemente, ela não fornece um modelo divinamente revelado de organização e estrutura.

Ainda que fique comprovado, para além de qualquer contestação, que a igreja do período dos Pais Antenicensos de fato não praticava e nem ensinava o dízimo, isso, por si só, não é motivo para concluir-se que o cristianismo moderno deva seguir-lhes o exemplo. A igreja antenicensa não era um modelo ideal a ser seguido em tudo por todos.

3. A EXPECTATIVA ESCATOLÓGICA

A crença na volta imediata de Cristo teve consequências positivas na vida da igreja, mas gerou alguns problemas: o esfriamento da dedicação missionária após o Pentecostes e um apego inicial a Jerusalém e ao templo.²⁹ Além disso, a expectativa diária da volta de Cristo levou a igreja primitiva a viver um exagerado clima de fraternidade e comunidade (At 2:44-45; 4:32-35).³⁰ Nesse clima de expectativa e desprendimento, os bens materiais e as posses perderam a importância, pois o fim estava próximo.³¹

Como resultado, esse radical desapego aos bens materiais provocou enormes dificuldades financeiras na comunidade cristã de Jerusalém (At 11:28; Rm 15:26; Gl 2:10), e eles tiveram que receber ajuda das igrejas gentílicas (At 11:29-30; Rm 15:25-26; 1Co 16:1-3). A situação econômica da igreja em geral era de relativa pobreza (1Co 1:26-28; 2Co 8:1-2).³²

A tardança do esperado retorno de Cristo levou a uma mudança na abordagem escatológica dos escritores antenicensos. Era perigoso enfatizar demais o surgimento de um reino vindouro, pois os imperadores romanos assumiram que se tratava de um reino humano e, portanto, erroneamente acreditavam que os cristãos eram politicamente subversivos.³³ A gradual diminuição da ênfase na *parousia*, no entanto, não significou uma mudança na expectativa do

²⁹ DUNN, James D. G. *Unity and diversity in the New Testament: an inquiry into the character of earliest Christianity*. Londres: SCM, 1990. p. 238-239.

³⁰ *Ibidem*, p. 323-324.

³¹ BARRETT, C. K. *A Critical and Exegetical Commentary on the Acts of the Apostles*. International Critical Commentary Series, vol. 1. Edimburgo: T&T Clark, 1994-1998. p. 168.

³² Essa é a opinião mais comumente aceita. No entanto, existem autores que questionam essa visão de uma igreja primitiva pobre, como MEEKS, Wayne A. *The First Urban Christians: The Social World of the Apostle Paul*. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 51-73.

³³ MARMORSTEIN, Art. Eschatological Inconsistency in the Ante-Nicene Fathers? *Andrews University Seminary Studies*. Vol. 39, No. 1. 2001. p. 129. Disponível em <http://www.auss.info/auss_publication_file.php?pub_id=1010&journal=1&type=pdf>. Acesso em 11/09/2014.



breve retorno de Cristo.³⁴

Essa expectativa escatológica do cristianismo apostólico e primitivo também pode ajudar a explicar o seu comportamento a respeito do dízimo. Não faz sentido imaginar que uma igreja que vivia na expectativa do fim iminente, e que compartilhava todos os seus bens materiais se preocuparia prioritariamente com o desenvolvimento de um sistema de contribuições para sustentar uma hierarquia e de um clero profissional que ainda nem existia.

4. A VIRTUDE DO ASCETISMO E DA POBREZA

Boa parte dos Pais Antenicenos vivia e incentivava uma vida ascética.³⁵ O processo que levou à ascensão da igreja à condição de religião do Estado no século IV também provocou uma transformação fundamental no modo como os cristãos se tornavam “santos”. O prestígio que inicialmente era visto no martírio foi sendo transferido para outros tipos de sacrifícios, como o da vida ascética e isolada.

A segunda e terceira gerações de líderes da igreja (cerca de 100-200 d.C.) se dedicaram a uma vida ascética, de auto-negação, ou semiascética, que consistia em viver com o mínimo necessário, pregar e defender o evangelho, e ajudar os pobres. Eles negaram os prazeres desse mundo. Não fazia parte de seu estilo de vida construir belos templos e acumular dinheiro.³⁶ Eles levaram muito a sério, e literalmente, as palavras de Jesus: “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me” (Mt 19:21).

Esse comportamento reflete a prática da igreja apostólica. Enquanto a igreja estava limitada apenas à comunidade de Jerusalém, movida pelo seu primeiro amor, ela aboliu a distinção entre ricos e pobres e estabeleceu uma espécie de comunhão de bens.³⁷ Os que possuíam bens vendiam suas propriedades, em cumprimento literal do mandamento de Cristo (Lc 12:33; Mt 19:21), e colocavam o recurso aos pés dos apóstolos, num fundo comum (At 2:45; 4:34-37).

O historiador eclesiástico Phillip Schaff afirma que, apesar de o Novo Testamento relatar a doação de ofertas e o discurso de Paulo em defesa do sustento dos ministros, a igreja praticava o sistema de ofertas voluntárias, e “não é de se supor [...] que houve neste período um salário regular e fixo para ministros”.³⁸ Ele ainda acrescenta que alguns cristãos judeus podem ter aderido ao antigo costume de contribuir com dízimos e primícias, um costume voluntário que surgiu “em um período muito cedo, e provavelmente em igrejas de origem judaica existiam

³⁴ Para uma análise da expectativa escatológica da igreja antenicena, ver DALEY, Brian E. *The Hope of the Early Church: A Handbook of Patristic Eschatology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 5-68.

³⁵ Para uma descrição e análise do ascetismo cristão dos três primeiros séculos, ver FINN, 2009, p. 58-155; CLARCK, Elizabeth A. *Reading Renunciation: Asceticism and Scripture in Early Christianity*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

³⁶ KELLY, Russell Earl. *Should the Church Teach Tithing? A Theologian's Conclusions about a Taboo Doctrine*. Lincoln: iUniverse, 2007. p. 249.

³⁷ SCHAFF, Philip. *History of the Apostolic Church: With a General Introduction to Church History*. New York: Charles Scribner, 1859. p. 461.

³⁸ *Ibidem*, p. 503-505.



desde o início”,³⁹ mas “não havia ainda nenhuma lei sobre isso”.⁴⁰

5. O STATUS DE RELIGIÃO ILEGAL

Durante o primeiro século, vários grupos e seitas judaicas coexistiram: os fariseus, saduceus, zelotes, essênios e cristãos. Após a destruição do segundo Templo, em 70 d.C., esses grupos foram desaparecendo. O cristianismo conseguiu sobreviver por ser considerado uma seita judaica, mas rompeu com o judaísmo e tornou-se uma religião separada. Os fariseus também sobreviveram, mas na forma do judaísmo rabínico (conhecido apenas como judaísmo).

Até o Édito de Milão (313 d.C.), quando as perseguições aos cristãos foram abolidas por Constantino, o judaísmo era a única *religio licita* (religião legal) no império romano, além da própria religião romana.⁴¹ Após a destruição do Templo em 70 d.C., em vez de direcionar os dízimos aos sacerdotes e sacrifícios do templo, os judeus foram instruídos pelos rabinos a dar dinheiro para a caridade e para a educação nas sinagogas locais, bem como a pagar o obrigatório *Fiscus Judaicus*. Os cristãos judeus não estavam livres desse encargo, e isso poderia ter afetado a prática do dízimo também na igreja.

Com o *Fiscus Judaicus*, a exigência do imperador Vespasiano foi que todo o dinheiro antes usado na manutenção do extinto Templo de Jerusalém fosse agora destinado à reconstrução e posterior manutenção do Templo de Júpiter Capitolino em Roma.⁴² No entanto, mesmo sendo taxado, o judaísmo não perdeu o seu *status* de *religio licita* no império romano, mas isso não ocorreu com o cristianismo, que só se tornou *religio licita* em 313 d.C.⁴³

Ao distanciar-se do judaísmo, a igreja foi considerada *religio illicita* (religião ilegal) e a perseguição se intensificou. Os romanos exigiam que todos os cidadãos registrassem seus rendimentos e forma de subsistência. Seria insensato um líder cristão confessar a um oficial do censo romano que seus rendimentos provinham do trabalho em tempo integral na pregação de uma religião ilegal.

Esse fato pode revelar que a prática irregular ou inexistente do dízimo na igreja antenicensa foi apenas uma questão circunstancial, em vez de uma questão doutrinária. Uma igreja que convivia com a dura perseguição e com o martírio dificilmente teria o dízimo como prioridade. As principais preocupações da igreja nesse período incluíam o combate às heresias, a missão evangélica (a pregação e o cuidado com os pobres) e a própria

³⁹ SCHAFF, Philip; SCHAFF, David Schley. *History of the Christian church*. Vol III: Nicene and Post-Nicene Christianity from Constantine the Great to Gregory the Great, A. D. 311-600. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1960. p.100.

⁴⁰ SCHAFF, 1859, p. 505.

⁴¹ CAHNMAN, Werner Jacob. *Jews and Gentiles: A Historical Sociology of Their Relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2004. p. 15.

⁴² Sobre as consequências do *Fiscus Judaicus* sobre a comunidade cristã primitiva, ver HEEMSTRA, Marius. *The Fiscus Judaicus and the Parting of the Ways*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.

⁴³ BROWN, Raymond Edward; MEIER, John P. *Antioch and Rome: New Testament Cradles of Catholic Christianity*. Mahwah: Paulist Press, 1982. p. 95. GOODMAN, Martin. *Diaspora Reactions to the Destruction of the Temple*. In: DUNN, James D. G. (ed.) *Jews and Christians: The Parting of the Ways, A.D. 70 to 135*. Grand Rapids: Eerdmans, 1999. p. 31.



sobrevivência num ambiente hostil. Até mesmo os escritores antenicanos muitas vezes parecem querer evitar polêmica sobre assuntos não essenciais.⁴⁴

6. A INEXISTÊNCIA DE UMA ESTRUTURA COM CUSTO DE MANUTENÇÃO URGENTE

As igrejas primitivas locais eram muito pequenas, muito pobres, e muitas vezes reuniam-se às escondidas. Grandes edifícios da igreja não existiam, bem como grandes estruturas hierárquicas profissionais que exigissem a existência de um sistema como o dos dízimos. A distinção entre clero e leigos não ocorreu de forma imediata, foi aos poucos se tornando nítida à medida que a teologia da ordenação se desenvolvia.⁴⁵

A questão do desenvolvimento da hierarquia eclesiástica é controversa, mas é possível afirmar que, apesar de organizada, a igreja primitiva ainda não contava com um clero centralizado, claro e firmemente estabelecido.⁴⁶ Essa ausência de um grupo significativo de ministros que trabalhasse em regime de dedicação exclusiva, em tempo integral, talvez ajude a explicar a pouca ênfase ao dízimo. As ofertas voluntárias e sistemáticas provavelmente supriam recursos suficientes para o clero incipiente e para a atividade missionária. As igrejas eram pequenas e domésticas, e não teriam condições de sustentar financeiramente uma grande hierarquia eclesiástica local.

À medida que a igreja crescia e se organizava, foi surgindo a necessidade de um sistema de manutenção financeira de seus ministros. Os documentos antenicanos apresentam claramente a necessidade de se usar o sistema do dízimo para sustentar bispos, presbíteros e diáconos apenas na segunda metade do século III, claramente com as *Constituições* e com Cipriano e, provavelmente, com a *Didascalia*.

Novamente, pode-se ver aqui uma mera questão circunstancial e não de compreensão doutrinária. Enfatizar o dízimo seria, além de perigoso, desnecessário à época.

CONCLUSÃO

De fato, não existem fortes evidências de que a igreja pós-apostólica e antenicana tenha ensinado e praticado regularmente o dízimo. Nos escritos dos Pais da Igreja percebe-se que as argumentações vão ficando mais claramente favoráveis ao dízimo à medida que se aproximam do século IV, quando se deu a oficialização e institucionalização do cristianismo no império romano.

No entanto, as práticas eclesiásticas do período pós-apostólico e antenicano podem ser

⁴⁴ MARMORSTEIN, 2001, p. 129.

⁴⁵ GUY, Laurie. *Introducing Early Christianity: a topical survey of its life, beliefs and practices*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2004. p. 93-96.

⁴⁶ Ver o desenvolvimento organizacional e administrativo da igreja primitiva em GILES, Kevin N. Church order, Government. In: MARTIN, Ralph P.; DAVIDS, Peter H. (Eds.). *Dictionary of the Later New Testament & Its Developments: A Compendium of Contemporary Biblical Scholarship*. Downers Grove: InterVarsity, 1997. p. 219-226.



interpretadas de diversas formas. Essa pesquisa sugeriu cinco fatores que ajudam a entender o período: 1) a igreja antenicensa não era isenta de problemas, portanto seu exemplo nem sempre é prescritivo; 2) a expectativa da iminente volta de Cristo e o desapego aos bens materiais levou-os a postergar o desenvolvimento de um sistema de manutenção financeira como o do dízimo; 3) a pobreza e o ascetismo eram vistos como virtude, o que justificaria a pouca ênfase no dízimo; 4) o cristianismo nesse período era ilegal, clandestino, e isso também explicaria a não insistência no dízimo como forma de sustentar ministros em regime de tempo integral; 5) a ausência de uma estrutura e de uma hierarquia que exigissem urgentemente o sistema dos dízimos.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Philip S. 'The Parting of the Ways' from the Perspective of Rabbinic Judaism. In: DUNN, James D. G. (ed.) *Jews and Christians: The Parting of the Ways, A.D. 70 to 135*. Grand Rapids: Eerdmans, 1999.
- BARRETT, C. K. *A Critical and Exegetical Commentary on the Acts of the Apostles*. International Critical Commentary Series, vol. 1. Edimburgo: T&T Clark, 1994-1998.
- BROWN, Raymond Edward; MEIER, John P. *Antioch and Rome: New Testament Cradles of Catholic Christianity*. Mahwah: Paulist Press, 1982.
- BUENO, Daniel Ruiz (ed.). *Actas de los Martires*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003.
- CAHNMAN, Werner Jacob. *Jews and Gentiles: A Historical Sociology of Their Relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2004.
- CESAREIA, Eusébio de. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 2002.
- CHARLESWORTH, James H. (ed.) *The Old Testament Pseudepigrapha*. 2 vols, Garden City: Doubleday, 1983.
- CLARCK, Elizabeth A. *Reading Renunciation: Asceticism and Scripture in Early Christianity*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- CLARKE, G. W. *The Letters of St Cyprian of Carthage Volume 1*. Ancient Christian Writers, 43. New York: Newman Press, 1984.
- CONNOLLY, R. Hugh (trad.). *Didascalia Apostolorum: The Syriac Version Translated and Accompanied by the Verona Latin Fragments*. Oxford: Clarendon Press, 1929.
- CROTEAU, David A. (ed.). *Perspectives on Tithing: Four Views*. Nashville: B&H Publishing Group, 2011.
- DALEY, Brian E. *The Hope of the Early Church: A Handbook of Patristic Eschatology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- DROBNER, Hubertus R. *Manual de Patrologia*. Barcelona: Herder, 1999.
- DUNN, James D. G. *Unity and diversity in the New Testament: an inquiry into the character of earliest Christianity*. Londres: SCM, 1990.
- FINN, Richard. *Asceticism in the Graeco-Roman World*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- GILES, Kevin N. Church order, Government. In: MARTIN, Ralph P.; DAVIDS, Peter H. (Eds.). *Dictionary of the Later New Testament & Its Developments: A Compendium of Contemporary Biblical Scholarship*. Downers Grove: InterVarsity, 1997.



- GOODMAN, Martin. Diaspora Reactions to the Destruction of the Temple. In: DUNN, James D. G. (ed.) *Jews and Christians: The Parting of the Ways, A.D. 70 to 135*. Grand Rapids: Eerdmans, 1999.
- GUY, Laurie. *Introducing Early Christianity: a topical survey of its life, beliefs and practices*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2004.
- HÄGG, Henny Fiska. *Clement of Alexandria and the Beginnings of Christian Apophaticism*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HEEMSTRA, Marius. *The Fiscus Judaicus and the Parting of the Ways*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.
- HEINE, Ronald E. (trad.). *The Fathers of the Church*. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1989.
- KATZ, Steven T. The rabbinic response to Christianity. In: KATZ, Steven T. (ed.) *The Cambridge History of Judaism: Volume 4, The Late Roman-Rabbinic Period*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- KELLY, Russell Earl. *Should the Church Teach Tithing? A Theologian's Conclusions about a Taboo Doctrine*. Lincoln: iUniverse, 2007.
- MARMORSTEIN, Art. Eschatological Inconsistency in the Ante-Nicene Fathers? *Andrews University Seminary Studies*. Vol. 39, No. 1. 2001. p. 129. Disponível em <http://www.auss.info/auss_publication_file.php?pub_id=1010&journal=1&type=pdf>. Acesso em 11/09/2014.
- MEEKS, Wayne A. *The First Urban Christians: The Social World of the Apostle Paul*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- MULLIN, Redmond. *The Wealth of Christians*. Exeter: Paternoster Press, 1983.
- MURRAY, Stuart. *Beyond Tithing*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2012.
- NARRAMORE, Matthew E. *Tithing: Low-Realm, Obsolete & Defunct*. Graham: Tekoa Publishing, 2004.
- OSBORN, Eric F. *Justin Martyr*. Tübingen: BHT Gerhard Ebeling, 1973.
- ROBERTS, Alexander; DONALDSON, James; COXE, A. Cleveland. (eds.). *The Ante-Nicene Fathers: translations of the writings of the Fathers down to A.D. 325*. 8 vols. Oak Harbor: Logos Research Systems, 1997.
- SCHAFF, Philip. *History of the Apostolic Church: With a General Introduction to Church History*. New York: Charles Scribner, 1859.
- SCHAFF, Philip; SCHAFF, David Schley. *History of the Christian church*. Vol III: Nicene and Post-Nicene Christianity from Constantine the Great to Gregory the Great, A. D. 311-600. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1960.
- SCHECK, Thomas P. (trad.). *Origen: Homilies on Numbers (Ancient Christian Texts)*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2009.
- SILVA, Demóstenes Neves da. *Dízimos e ofertas: uma abordagem bíblica e nos livros de Ellen White*, volume 1. Guarulhos, SP: Parma, 2008.
- TREVIJANO, Ramón. *Patrologia*. Madrid: BAC, 1994.

Recebido em: 24/08/2016
Aprovado em: 11/12/2016